

INFLUÊNCIAS DA INTEGRAÇÃO EUROPÉIA NO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA: O PARLAMENTO EUROPEU NOS LEVANTES DA PRIMAVERA ÁRABE

Bruno Theodoro Luciano¹

Resumo

O presente trabalho tem o intuito de analisar a atuação de uma instituição parlamentar supranacional situada fora do Oriente Médio e Norte da África, o Parlamento Europeu, que buscou influenciar, ainda que de modo limitado, os movimentos da Primavera Árabe. Neste estudo de caso, argumenta-se que o Parlamento Europeu tem desempenhado um papel de promotor e de protetor dos direitos políticos e civis dos manifestantes no contexto da Primavera Árabe. Embora tenha competências limitadas no âmbito da integração europeia, o Parlamento Europeu tem se posicionado como um órgão defensor dos direitos humanos e da democracia em escala internacional.

Palavras-chave: União Europeia; Parlamento Europeu; Primavera Árabe.

Abstract

The aim of the present paper is to analyze the performance of a supranational parliamentary institution located outside of the Middle East and North Africa, the European Parliament, which sought to influence, although limitedly, the Arab Spring movements. In this case study, it is stated that the European Parliament has performed a role of promoter and protector of civil and political rights of the protesters in the Arab Spring

¹Bacharel e Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília - UnB, bolsista de mestrado do CNPq e membro do grupo de pesquisa Teoria das Relações Internacionais, Brasil e América Latina do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

context. Albeit it presents limited competences within the European integration, the European Parliament has acted as a guardian of a human rights and democracy internationally.

Keywords: European Union; European Parliament; Arab Spring.

INTRODUÇÃO

Os protestos e as manifestações que vêm ocorrendo no Oriente Médio e Norte da África desde o final de 2010, denominados internacionalmente de Primavera Árabe, transformaram a configuração política dessa região ao derrubar regimes autoritários com décadas de duração e promover mudanças constitucionais nesses países. Os resultados decorrentes da Primavera Árabe ainda são imprecisos e incertos, haja vista que alguns países, como a Síria, ainda passam por um estado de conflito civil nacional, e países que tiveram seus governantes depostos, como Egito e Tunísia, ainda se encontram em estado de instabilidade interna, com indefinições a respeito do novo modelo político adotado.

Embora fatores domésticos sejam compreendidos como as principais razões para os levantes, variáveis regionais e internacionais também teriam um papel relevante para o início e principalmente para a expansão das manifestações de rua ao longo desse processo. Os sistemas políticos e econômicos adotados e propagados globalmente pelo Ocidente (democracia e capitalismo) seriam considerados constrangimentos estruturais aos modelos políticos instalados nos países do mundo árabe (ALBRECHT & SCHLUMBERGER, 2004). Agentes internacionais favoráveis à democratização do Oriente Médio têm procurado apoiar ou influenciar no desenvolvimento democrático e na defesa dos direitos políticos, civis e humanos dos países palco dos levantes da Primavera Árabe.

O presente trabalho tem o intuito de analisar a atuação de uma instituição parlamentar supranacional situada fora do Oriente Médio e Norte da África, o Parlamento Europeu, que buscou influenciar, ainda que de modo limitado, nos movimentos da

Primavera Árabe. Neste estudo de caso, argumenta-se que o Parlamento Europeu tem desempenhado um papel de promotor e de protetor dos direitos políticos e civis dos manifestantes no contexto da Primavera Árabe. Embora tenha competências limitadas no âmbito da integração europeia, o Parlamento Europeu tem se posicionado como um órgão defensor dos direitos humanos e da democracia a escala internacional.

1 Os recentes desenvolvimentos políticos no Oriente Médio e norte da África e a Primavera Árabe

O surgimento de discussões a respeito da democratização do mundo árabe é anterior ao início dos movimentos da Primavera Árabe. Com o fim da Guerra Fria e o desenvolvimento de ondas de democratização, houve expectativa de que os regimes autoritários de muitos países em desenvolvimento sofressem um processo de transformação política, em direção a um modelo político democrático. O que se viu, na realidade, foi o “êxito” dos regimes autoritários árabes em se manter no poder, frente a um cenário internacional totalmente adverso (ALBRECHT & SCHLUMBERGER, 2004).

Embora os governantes da região tenham até então garantido sua manutenção no poder, os países árabes autoritários estariam enfrentando uma crise estrutural de legitimidade, associada à crise econômica no âmbito doméstico. Essa instabilidade econômica estaria relacionada ao crescimento do nível de desemprego da população, inclusive de pessoas com maior qualificação, as quais frequentaram universidades (WINCKLER, 2002).

Esse processo levou à emergência de novas forças sociais autônomas, insatisfeitas com a situação econômica e política do país. À exceção dos grupos islamitas, não haveria forças sociais opositoras organizadas na região (ALBRECHT & SCHLUMBERGER, 2004). Apesar da grande distinção dos efeitos e do desenvolvimento da Primavera Árabe em cada país da região, uma significativa característica compartilhada é a demanda popular por direitos civis, direitos políticos, melhores condições de vida e de acesso ao mercado de trabalho (CARVALHO PINTO, 2011). O peso que as redes sociais (Facebook, Twitter, entre outras) exerceram nos movimentos árabes também deve ser considerado como

um instrumento de articulação e de mobilização dos manifestantes árabes.

Uma das tendências identificadas ao longo da Primavera Árabe é que os partidos islamitas, grupos de oposição política histórica e de maior organização, têm alcançado a vitória nas eleições ocorridas após os levantes árabes (ROY, 2012). A força política que os grupos islamitas e salafistas têm angariado caracteriza um fenômeno de crescimento desses grupos na região. Esse movimento também pode ser relacionado ao surgimento de uma nova onda de ressurgência islâmica a partir do início da Primavera Árabe, com a revalorização das tradições culturais e religiosas associadas ao islamismo. Esses grupos islamitas e salafistas ascendentes seriam entendidos como agentes relutantes da democratização, tendo em vista que suas premissas ideológicas conservadoras e de base islâmica iriam de encontro ao secularismo e ao liberalismo presente no ideário democrático tradicional (ROY, 2012).

Enquanto nos regimes árabes republicanos as manifestações tomaram maior força, chegando a derrubar seus governantes (Tunísia, Egito, Líbia), a instabilidade política e social não foi tão expressiva nas monarquias árabes, especialmente nas monarquias do Golfo Pérsico. A exceção do Bahrein, onde houve protestos mais fortes, incentivos econômicos e repressão política, em países com grandes recursos financeiros (provenientes de suas riquezas petrolíferas), abrandaram os efeitos da Primavera Árabe no Golfo, indicando limitações ao avanço dos levantes do mundo árabes (CARVALHO PINTO, 2011).

Em decorrência das riquezas do petróleo e de sua pequena população, o Qatar, a título de exemplificação, praticamente saiu ileso dos efeitos da Primavera Árabe. O país pôde reagir aos levantes de modo mais assertivo, apoiando e financiando movimentos opositores nos demais países árabes, especialmente no Norte da África. A participação do Qatar na intervenção internacional ocorrida na Líbia, a qual auxiliou a deposição de Kadafi, e o papel da emissora catari Al-jazeera na transmissão e publicização das manifestações árabes favoreceram a construção de uma imagem internacional positiva do país (ULRICHSEN, 2011).

Os movimentos da Primavera Árabe também auxiliaram na identificação da Arábia Saudita como um ator regional relevante. Com a intervenção do Conselho de Cooperação do Golfo no Bahrein, no intuito de reprimir os movimentos opositores da

monarquia, a Arábia Saudita posicionou-se como um agente contra-revolucionário no contexto do Golfo Pérsico (KAMRAVA, 2011). O caso dos levantes no Bahrein, onde a maioria xiita é reprimida por um Estado sunita, representou o receio, para os demais países do Golfo, de um crescimento xiita na região, de influência iraniana (HAJI-YOUSEFI, 2009).

Enquanto Davidson (2011) afirma que a queda das monarquias do Golfo perante os levantes da Primavera Árabe é inevitável, Carvalho Pinto (2012a) ressalta que os países do Golfo, especialmente os Emirados Árabes Unidos, têm saído praticamente ilesos das manifestações árabes, graças à combinação de incentivos financeiros com forte repressão política.

Segundo aquele autor, o crescimento de movimentos de oposição política nos países do Golfo, a grande influência que a Primavera Árabe tem exercido na região e os recursos limitados que as monarquias do Golfo têm frente à dificuldade de garantir empregos e benefícios sociais a seus nacionais ocasionarão a deposição dos regimes monárquicos e a democratização do Golfo Pérsico (DAVIDSON, 2011).

Sob outra perspectiva, em relação aos demais países árabes, as monarquias do Golfo têm apresentado um perfil de anti-instabilidade frente às dinâmicas da Primavera Árabe. A associação de benefícios sociais e financeiros, originários dos recursos do petróleo, à repressão política tem garantido a estabilidade da região frente aos levantes árabes (CARVALHO PINTO, 2012).

Ainda que não sejam consensuais os limites da Primavera Árabe na região, é possível traçar alguns efeitos que as transformações derivadas da Primavera Árabe trouxeram para a segurança regional. O enfraquecimento dos países árabes afetados pelos levantes aumentou a influência de países não-árabes, Turquia e Irã, no Oriente Médio. O baixo perfil de participação e de posicionamento norte-americano em relação às dinâmicas da Primavera Árabe indica o declínio dos EUA como hegemonia extrarregional. A desorganização estatal decorrente da instabilidade criada na região pelas manifestações árabes trouxe maior liberdade de ação para grupos armados e terroristas, fato que pode ser reforçado pelo extravio de armas da guerra civil líbia para o recente conflito no Mali. Por fim, as transformações nas configurações políticas do

mundo árabe ainda em curso impossibilitam qualquer avanço no processo de paz entre Israel e Palestina (INBAR, 2012).

Os resultados da Primavera Árabe ainda são bastante incertos. Embora os levantes tenham se desenvolvido em virtude da demanda por maiores direitos civis e políticos dos povos árabes perante seus Estados, a ascensão de grupos islamitas e salafistas ao poder do Norte da África não representa qualquer garantia de conclusão de um processo de democratização nesses países, nos moldes ocidentais. O conflito civil ainda em curso na Síria não apresenta até o momento nenhuma perspectiva de estabilização. A repressão exitosa das manifestações nas monarquias do Golfo apresenta os limites das manifestações árabes na região. Toda essa conjuntura regional de forte instabilidade e incerteza explicitada reforça a vontade de organizações de fora do Oriente Médio de atuar no sentido de favorecer o desenvolvimento democrático e a defesa dos direitos humanos na região.

2 A atuação internacional da União Europeia e do Parlamento Europeu

Ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, a “política externa europeia” passou de um somatório de políticas externas dos diversos Estados nacionais europeus para uma estruturação tripartite, composta pela política externa dos governos nacionais, pela política externa comunitária, referente às Comunidades Europeias criadas na década de 1950, e pela política externa da União, nascida em conjunto com a criação da União Europeia (UE), no início dos anos 1990 (WHITE, 1999). Nessa trajetória histórica de cooperação europeia no campo da política externa, é visível uma movimentação de acúmulo das competências de política externa do continente em direção à política externa da UE.

A conjuntura internacional otimista trazida pelo Final da Guerra Fria influenciou fortemente no aprofundamento da integração europeia em direção a um projeto de integração política de maior solidez. A assinatura do Tratado de Maastricht transformou as Comunidades Europeias em uma UE, adicionando ao projeto avançado de integração econômica elementos relacionados à construção de uma cidadania europeia e de uma

Essa postura adotada pelo Parlamento se inscreve em um processo institucional histórico de crescente aumento de competências do PE no processo decisório europeu, com a finalidade de acrescer legitimidade à integração europeia (GOETZE & RITTBERGER, 2010). O fortalecimento de uma política externa europeia e de uma estrutura diplomática supranacional traria a necessidade de maior participação de instâncias democráticas e participativas nas decisões adotadas externamente pela UE.

3 O parlamento europeu nos levantes da Primavera Árabe

A União Europeia tem tido um papel-chave no Norte da África, por meio de profundos laços econômicos, sociais e políticos com os países da região. Interesses econômicos e geopolíticos estão envolvidos na atuação europeia, mas também norte-americana, na região.

Many analysts assert that the United States and Europe share common vital interests in the Middle East: combating terrorism and the proliferation of weapons of mass destruction; promoting Middle East peace and stability; ensuring a reliable flow of oil; and curtailing Islamic extremism. (ARCHICK, 2005)

Em 1995 foi inaugurada a Parceira Euro-Mediterrânea, estratégia voltada especialmente para a garantia da estabilidade regional. Essa posição adotada pela Europa, em prol da estabilização da vizinhança europeia, evitou contestar os regimes políticos árabes da região, os quais inclusive conquistaram legitimidade com essa aproximação político-diplomática com o Ocidente. Os temas de direitos humanos e democracia estavam marginalizados na agenda mediterrânea até o início dos movimentos da Primavera Árabe. Na realidade, houve nesse período a aproximação de líderes europeus com os governantes dos países do Norte da África, como Muammar Kadafi e Hosni Mubarak (BEHR, 2012).

Os levantes da Primavera Árabe modificaram essa conjuntura política construída pela UE em torno do Mediterrâneo. Reascenderam a necessidade de a UE se tornar

O Oriente Médio e Norte da África não surge somente a partir dos levantes árabes. Diversos estudos sobre a situação dos direitos humanos e da estabilidade política na região já haviam sido solicitados por Comissões e deputados do Parlamento Europeu antes da Primavera Árabe². Já existia uma preocupação entre os eurodeputados acerca do desenvolvimento democrático do Oriente Médio e especialmente do Norte da África, entorno geográfico da Europa.

Com a eclosão dos movimentos da Primavera Árabe, o Parlamento Europeu foi uma das instituições europeias que mais se posicionou favoravelmente às manifestações pró-democráticas espalhadas pelo mundo árabe. Essa postura do Parlamento em relação à Primavera Árabe, de promotor e protetor dos direitos humanos e da democracia na região, fica evidente por meio de uma série de iniciativas tomadas em relação aos eventos árabes, dentre as quais: a concessão do Prêmio Sakharov de Direitos Humanos para cinco ativistas da Primavera Árabe; a aprovação de relatórios e resoluções sobre a situação dos direitos humanos de países afetados pelos levantes árabes; e o envio de missões de observação eleitoral para os países em processo de transição política.

A edição de 2011 do Prêmio Sakharov de Direitos Humanos, anualmente entregue pelo Parlamento Europeu a pessoas que se destacaram na luta pela proteção e defesa dos direitos humanos ao redor do globo, foi vencida por cinco manifestantes que participaram ativamente nos movimentos da Primavera Árabe na região: Asmaa Mahfouz (Egito), Ahmed al-Zubair al-Sanusi (Líbia), Razan Zaitouneh (Síria), Ali Farzat (Síria) e, a título póstumo, Mohamed Bouazizi (Tunísia) (AL ARABIYA NEWS, 2011). A vitória da Primavera Árabe demonstra o reconhecimento por parte do Parlamento Europeu dos esforços dos manifestantes árabes em prol dos direitos humanos e democráticos no Oriente Médio e Norte da África. O destaque dado ao PE para esses ativistas árabes representa a atuação do Parlamento como promotor da defesa dos

² Dentre os estudos solicitados pelo Parlamento Europeu sobre a situação humanitária e política no mundo árabe antes da Primavera Árabe, incluem-se: *Les elites arabes - points d'entree pour des reformes* (2006); *Processus de democratization dans le monde arabe: société civile e et elections politique* (2006); *Democratisation in the Arab World Media and Women* (2006); *The state of play on the implementation of the convention on the elimination of all forms of discrimination against Women in North Africa and the Middle East* (2011). Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/studies.html>. Acesso: 18 de fevereiro de 2013.

direitos humanos, valorizando as iniciativas de luta pelos direitos humanos empreitadas mundialmente, e, nesse caso específico, no contexto dos levantes da Primavera Árabe.

A adoção de relatórios e resoluções sobre a situação dos direitos humanos em diversas partes do mundo tem sido tomada como estratégia do Parlamento Europeu na proteção das garantias fundamentais dos indivíduos dentro e fora do continente europeu (ZANON, 2005). No contexto da Primavera Árabe, foram aprovadas diversas resoluções na Comissão de Direitos do Homem a respeito da situação dos direitos humanos em determinados países afetados pelos levantes árabes, nomeadamente Líbia, Egito, Síria, Bahrein e Emirados Árabes Unidos.³ Essas resoluções têm condenado publicamente os casos de violência e repressão aos manifestantes da Primavera Árabe nos países citados. Essa crítica do Parlamento Europeu à repressão política nos países do Oriente Médio tem afetado a imagem internacional positiva construída por países como os Emirados Árabes Unidos, que desde o contexto do chamado Momento do Golfo passaram a ganhar maior destaque internacional por seu alto nível de desempenho econômico e qualidade de vida (ABDULLA, 2010; CARVALHO PINTO, 2012).

Outra forma de atuação empregada pelo Parlamento Europeu em relação ao desenvolvimento da Primavera Árabe é o envio de missões de observação eleitoral aos países árabes que têm realizado eleições desde o início dos levantes. Duas missões de observação eleitoral foram realizadas até o momento pelo Parlamento Europeu na região: uma, em 2011, à Tunísia, nas primeiras eleições ocorridas no âmbito da Primavera Árabe, e outra missão à Argélia, nas eleições legislativas de 2012.⁴ Por meio dessas missões de observação, os eurodeputados puderam avaliar de forma mais próxima os desenvolvimentos políticos dos países da região no contexto da Primavera Árabe. Com o objetivo de manter mais contato com a evolução dos acontecimentos da Primavera, o Parlamento Europeu também tem buscado enviar delegações de parlamentares para os países árabes, como no caso recente da delegação de eurodeputados enviada

³ Resoluções disponíveis em: <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/droi/publications.html> . Acesso: 20 de fevereiro de 2013.

⁴ Relatórios das missões de observação eleitoral do Parlamento Europeu disponibilizados em: http://www.europarl.europa.eu/intcoop/election_observation/missions20092014_en.htm . Acesso: 20 de fevereiro de 2013.

à Jordânia para a avaliação da situação dos refugiados do conflito civil da Síria nesse país (PARLAMENTO EUROPEU, 2013).

Os eventos da Primavera Árabe ocuparam lugar de destaque nos trabalhos e nos discursos do Parlamento Europeu. Segundo pesquisa quantitativa, 12% das resoluções do Parlamento no ano de 2011 estiveram relacionadas com os levantes árabes (PARLORAMA, 2012). As resoluções e debates parlamentares relacionadas à Primavera Árabe se direcionaram mais a temas como direitos humanos, democracia e liberdade do que a assuntos econômicos e comerciais, demonstrando que as maiores preocupações do Parlamento quanto ao desenvolvimento dos movimentos árabes estão vinculadas a temáticas de direitos humanos e transição democrática. Diferentemente da Comissão Europeia, o Parlamento Europeu tomou uma posição mais assertiva em relação aos regimes autoritários árabes alvos das manifestações. Enquanto nas declarações dos membros da Comissão em nenhum momento foi feito uso da palavra “ditadura” (dictatorship), os eurodeputados mencionaram-na 102 vezes (PARLORAMA, 2012).

Segundo a mesma pesquisa, o reconhecimento pelo Parlamento Europeu do papel das mulheres teria sido apenas de caráter simbólico, embora duas manifestantes mulheres tenham sido vencedoras do Prêmio Sakharov em 2011. O número de vezes que a palavra “mulheres” (women) foi mencionada nos debates do Parlamento (13 vezes em 778 minutos de discursos) foi bem inferior à quantidade que apareceu nos debates da Comissão Europeia (35 vezes em 159 minutos) (PARLORAMA, 2012). Esse argumento pode ser relacionado com o entendimento do papel marginal e instrumental que as mulheres teriam historicamente tido dentro dos projetos nacionalistas no mundo árabe, o qual é retomado com a postura que elas têm assumido nos eventos da Primavera Árabe, de atores periféricos na conjuntura regional (KANDIYOTI, 1991).

Conforme visto, embora tenha significativos limites quanto aos seus poderes de atuação no âmbito do sistema político da UE, o Parlamento Europeu, por meio da concessão do Prêmio Sakharov, de resoluções sobre a situação dos direitos humanos nos países árabes, missões de observação eleitoral, delegações externas e discursos em comissões e em plenária, representou papel assertivo como promotor

e defensor dos direitos humanos e do desenvolvimento democrático no contexto dos movimentos da Primavera Árabe. Essa postura frente aos movimentos árabes, contudo, não é plenamente atendida pelos países árabes que passam pelos levantes, nem pelo próprio executivo europeu, representado pela Comissão Europeia e pelo Serviço de Ação Externa. Este último fato é corroborado pelas análises quantitativas supracitadas, as quais demonstram a baixa sintonia entre o posicionamento das instituições europeias. Dado seu baixo papel decisório no plano da política externa europeia, o PE tem pouco poder prático de afetar a dinâmica da Primavera Árabe, mantendo sua ação, em grande medida, no plano retórico. Esse fato não impede que adote posições firmes e pró-ativas quanto aos fenômenos de rua árabes.

Importante ressaltar que os interesses europeus (e em consequência os dos eurodeputados), na atual conjuntura do mundo árabe, não se limitam à valorização dos direitos humanos e do desenvolvimento democrático na região. Interesses econômicos, relacionados a investimentos europeus na região e à produção de petróleo nesses países, juntamente com preocupações geopolíticas e migratórias, quanto ao fluxo em massa de árabes provenientes dos países em conflito para os países europeus do Mediterrâneo, reforçam a demanda da Europa pela rápida estabilização da região.

De acordo com Joseph Daul, presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-cristãos) do Parlamento Europeu: "In the wake of the Arab Spring, the European Parliament must lead the way in promoting democracy and economic and financial integration between the EU and the Mediterranean" (DAUL, 2012). O Parlamento Europeu teria fundamentalmente essa função de influenciar no desenvolvimento democrático e na proteção dos direitos humanos no Oriente Médio e Norte da África pós-Primavera Árabe.

CONCLUSÃO

Os levantes da Primavera Árabe não foram previstos pela literatura de democratização tradicionalmente utilizada pelo Ocidente. Esses movimentos não apresentaram uma bandeira política ou ideológica definida, embora os grupos

islamitas e salafistas tenham até o momento sido identificados como os grupos opositores mais organizados na região, em uma trajetória crescente. A real demanda dos povos árabes está diretamente relacionada a expectativas individuais, como direitos e liberdades políticos e civis, melhores condições de vida, acesso ao mercado de trabalho e maior distribuição de riqueza. Enquanto nos países do Norte da África e na Síria os levantes tomaram proporções significativas, levando a conflitos civis e/ou deposição dos governos, os regimes monárquicos do Golfo, a exceção do Bahrein, saíram praticamente ilesos da Primavera Árabe, embora movimentos opositores tenham sido identificados e abafados.

A União Europeia teve um papel relevante na política, economia e sociedade do mundo árabe, especialmente dos países árabes mediterrâneos. Antes da Primavera Árabe, a UE buscou uma parceira estratégica com a região voltada para a estabilização regional, marginalizando bandeiras como as de defesa dos direitos humanos e da democracia. Após o início dos levantes, foi construído um consenso entre as lideranças europeias para uma mudança na política com o mundo árabe. A Europa passou a apoiar, tanto política quanto financeiramente, as mudanças das configurações políticas da região.

O Parlamento Europeu ocupou um lugar limitado, porém significativo, em relação aos acontecimentos da Primavera Árabe. Embora tenha competências limitadas a respeito de assuntos internacionais no âmbito da integração europeia, o Parlamento, por meio de resoluções, relatórios, discussões em plenária, missões de observação eleitoral e pela concessão do Prêmio Sakharov, assumiu um papel de promotor e protetor dos direitos humanos e do desenvolvimento de regimes democráticos nos países árabes. Embora tenha se manifestado mais quanto aos países do Norte da África, entorno imediato da Europa, não deixou de fazer denúncias a respeito da repressão política identificada nas ricas monarquias do Golfo, como os Emirados Árabes Unidos. Com todas as suas limitações institucionais e orçamentárias, o Parlamento Europeu tem demonstrado profunda preocupação com o desenvolvimento democrático não só do Oriente Médio e Norte da África mais com todos os países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDULLA, Abdulkhaleq. Contemporary Socio-Political Issues of the Arab Gulf Moment. Kuwait Programme on Development, Governance and Globalisation in the Gulf States. London School of Economics, 2010.

AL ARABIYA NEWS. European Union Parliament honors Arab Spring activists with Sakharov Prize. 14 December 2011. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/articles/2011/12/14/182609.html>> . Acesso: 20 de fevereiro de 2013.

ALBRECHT, Holger; SCHLUMBERGER, Oliver. Waiting for Godot: Regime Change without Democratization in the Middle East. *International Political Science Review/ Revue internationale de science politique*, Vol. 25, No. 4, 2004, pp. 371-392.

ARCHICK, Kristin. European Views and Policies toward the Middle East. CRS Report for Congress, Library of Congress, 2005.

CARVALHO PINTO, Vânia. La ola de movimientos pro democracia en Medio Oriente: Análisis preliminar de las consecuencias políticas para la región del Golfo Pérsico. In: Elisenda Ballesté; Manuel Férez. (Org.). *Medio Oriente y Norte de Africa: Reforma, Revolución o continuidad?* Ciudad de Mexico: Senado de la Republica Mexicana, 2011.

CARVALHO PINTO, Vânia. From follower to role model: studying the variations to the UAE's self-image. Paper presented at the International Workshop: Rethinking the Republic- Monarchy Gap. University of Marburg, 20-21 Sept. 2012 (Unpublished).

DAUL, Joseph. In the wake of the Arab Spring, the European Parliament must lead the way in promoting democracy and economic and financial integration between the EU and the Mediterranean. EUROPP, London School of Economics, 2012

DAVIDSON, Christopher. The Making of a Police State. *Foreign Policy*, Apr, 2011.

DENZA, Eileen. The Role of the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy. In BLANK, H; MANGIAMELI, S. *The European Union after Lisbon*. Springer, 2012.

EUROBAROMÈTRE. L'Opinion Publique dans L'Union Européenne. Eurobaromètre Standard, no 77, 2012.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE. 2011 Annual Activity Report. 2012

EUROPEAN PARLIAMENT, Parliaments should play a larger role in global affairs, 24-02-2012. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/content/20120220STO38582/html/Parliaments-should-play-a-larger-role-in-global-affairs> . Acesso: 18 de fevereiro de 2013.

GOETZE, Stefan; RITBERGER, Berthold. A matter of habit? The sociological foundations of empowering the European Parliament. *Comparative European Politics*, Vol. 8, 1, 2010 pp. 37-54.

HAJI-YOUSEFI, Amir M. Whose Agenda Is Served by the Idea of a Shia Crescent? *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, 8(1), Spring, 2009, pp. 114-135.
INBAR, Efraim. The Arab Uprisings Impact. *The Middle East Quarterly*, Winter, 2012, pp. 39-46.

KAMRAVA, Mehran. The Arab Spring and the Saudi A Led Counterrevolution. *Orbis*, Winter, vol 56(1), 2011, pp. 96-104.

KANDIYOTI, Deniz. Identity and its discontents: women and the nation. *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 20, no. 3, 1991, pp. 429:443.

PARLAMENTO EUROPEU. Aguilar: "A Primavera Árabe tornou-se num pesadelo para os refugiados sírios". 20-02-2013. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/content/20130215STO05856/html/Aguilar-A-Primavera-%C3%81rabe-tornou-se-num-pesadelo-para-os-refugiados-s%C3%ADrios>> . Acesso: 20 de fevereiro de 2013.

ROY, Oliver. The Transformation of the Arab world. *Journal of Democracy*, Vol. 23, No. 3, July, 2012, pp. 5-18.

SARAIVA, Miriam Gomes. A União Europeia como ator internacional e os países do Mercosul. *Rev. Bras. Polít. Int.* 46 (1), 2004.

ULRICHSEN, Qatar and the Arab Spring. *Open Democracy*, 2011. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/kristianAcoatesAulrichsen/qatarAandAarabAspring>>

WINCKLER, Onn. The demographic Dilemma of the Arab World: The Employment Aspect. *Journal of Contemporary History*. Vol. 37, N.4, 2002, pp. 617-636.

WHITE, Brian. The European Challenge to Foreign Policy Analysis. *European Journal of International Relations*, vol.5, 1999.

ZANON, Flavia. The European Parliament: an autonomous foreign policy identity? In Barbé E., Herranz A., *The role of Parliaments in European foreign policy*. Office of the European Parliament: Barcelona, 2005.